

Déficit pode ir a 1,5% do PIB

O Governo não sabe ainda como ficou a versão final do Orçamento Geral da União, aprovado pelo Congresso Nacional. Segundo o secretário de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento, José Ribas Neto, somente na próxima semana é que o Executivo irá receber o relatório final, incluindo todas as alterações efetuadas pela Comissão.

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Santana (PMDB-BA), também não sabe qual foi o resultado final da disputa que se travou ao longo dos últimos três meses entre o Legislativo e Executivo. Ele teme que a versão final esteja embutindo um déficit superior a 1,5 por cento do PIB, prejudicando a política de controle do déficit público desenvolvida pelo Governo.

A maior parte deste desequilíbrio estaria sendo provocada pela rolagem da dívida dos Estados e municípios.

O projeto inicial do Governo previa que os Estados e municípios teriam que pagar pelo menos 25 por cento da dívida externa vencida ou a vencer em 1989, e que tivesse a União como avalista. Os 75 por cento restantes continuariam sendo pagos pelo Tesouro Nacional aos credores externos, e os Estados passariam a ser devedores da União.

AMBIÇÕES

Os Estados com dívida maior, e cujos governadores tinham maiores ambições políticas, como Orestes Quércea, Newton Cardoso e Alvaro Dias, iniciaram uma campanha de confrontação com o Governo Federal, com o apoio das bancadas dos demais Estados, e obrigaram o presidente José Sarney a negociar esta exigência. Ao final de semanas de encontros e desencontros, o Governo abriu mão

dos Cz\$ 550 bilhões que pretendia receber em sua proposta original e conformou-se com Cz\$ 174 bilhões.

Ao final das negociações, a Comissão Mista de Orçamento aprovou projeto que definia o pagamento de apenas Cz\$ 174 bilhões destas dívidas, ao contrário dos Cz\$ 550 bilhões que o Governo pretendia receber. Pelos novos critérios, os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste pagarão apenas 6,5 por cento das dívidas vencidas e a vencer em 1989, enquanto os Estados e municípios do Sul e Sudeste, os maiores devedores, pagarão 10 por cento dos seus débitos.

A diferença de Cz\$ 376 bilhões foi compensada com cortes nas verbas destinadas aos financiamentos da agricultura, aos avais da União e a um corte de 10 por cento em todos os recursos destinados a empréstimos do Governo.